



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ ESTADUAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS DO AMAZONAS - CERS,
REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE
2020.**

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, foi realizada a Terceira Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos - CERS, na Sala Online da Plataforma *Microsoft Teams*, quando foi discutida a seguinte pauta: **1.** Abertura da reunião pela Secretária Executiva do CERS; **2.** Leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do CERS; **3.** Apresentação da Minuta do Termo de Compromisso para logística reversa de embalagens em geral - TCLR; **4.** Projeto de apoio à estruturação das associações de catadores do Amazonas Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); **5.** Encaminhamento do Parecer Técnico IPAAM 33/2020/GERM, sobre resíduos sólidos na tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru, para a Câmara Técnica de Resíduos Transfronteiriços/internacionais – CTRin; **6.** O que houver. **Estiveram presentes os seguintes membros:** Eduardo Costa Taveira (Presidente do CERS), Edson Pinheiro Gomes (IPAAM), Paulo Ricardo Rocha Farias (SEMULSP), Josemar Gurgel (UFAM), Ronaldo Pimentel Mannarino (UEA), Camila Martins Pires (CAAMA/ALEAM), Renée Fagundes Veiga (FIEAM), Suelen Cardoso Ramos (MNCR), Samir Salles (CREA), Cyntia Costa de Lima (OAB), Radyr Gomes de Oliveira Júnior (AAM), Robério Linhares Arruda (SINDUSCON), Rubens Bentes da Silva (AENAMBAM). **Convidados, apoio e ouvintes:** Jaqueline Gomes de Araújo Lira (SEMA - Apoio Técnico do CERS), Daniele Mota (SEMA), Glauce Maria Tavares Monteiro (SEMA), Jéssica Doumit (EURECICLO) Jefferson Quadros (UEA), Dinair Albernaz (SEMULSP), Sidney Fernandes (UEA), Vanderlei Niehues (ABEE), Mara Ballan (ABEE), José Ricardo Roris (FIESP). **Instituições ausentes:** SEMMAS. **Faltas justificadas:** Sr. Edmar Lopes Magalhães, SEDECTI, Dr. Mario Tadros, FECOMERCIO, Sr. Cláudio Brandão Nina, FECOMERCIO. A **Secretária**



31 **Executiva Adjunta da SEMA, Sra. Christina Fischer**, iniciou a Terceira Reunião
32 Ordinária do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos – CERS, deu boas vindas a todos,
33 agradeceu a disposição de tempo e participação de todos os presentes. Eu, **Glauce**
34 **Tavares Monteiro (Assessora da SEMA)**, fiz a leitura da ATA da 2ª Reunião
35 Ordinária do CERS, e após correções solicitadas pelos membros a ATA foi
36 considerada **aprovada**. A **Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Sra. Christina**
37 **Fischer** passou a palavra para Sra. **Jéssica Doumit (EURECICLO)** que apresentou
38 a Minuta do Termo de Compromisso para logística reversa – TCLR, que tem sido
39 negociado com a SEMA, IPAAM, FIEAM e outras entidades signatárias, que poderão
40 aderir ao TCLR, além de sanar dúvidas operacionais dos membros do CERS. A
41 **representante da FIEAM, Renée Veiga**, ressaltou a importância da assinatura da
42 minuta do TCLR, o qual vem exatamente para atender aos anseios expressado pelos
43 Ministérios Públicos (MPs) em suas recomendações. E entende que no momento há
44 segurança para assinar o termo. Enfatizou que a Sra. Jéssica Doumit tem sido
45 excepcional e dado todo o suporte técnico e que a assinatura desse termo, colocará
46 o Amazonas em um novo patamar em relação a logística reversa. **A representante**
47 **do MNCR, a Sra. Suelen Ramos**, questionou como vai funcionar o TCLR para os
48 grupos que já estão participando de projetos de logística reversa, e que estão
49 recebendo material coletados pela SEMUSP nos PEVS. Esses grupos não vão
50 receber esse material por não poderem emitir nota fiscal? Ao IPAAM questionou se o
51 termo poderá ser utilizado para região metropolitana e de outros municípios? A **Sra.**
52 **Jessica Doumit (EURECICLO)** respondeu que o TCLR é estadual e pode ser usado
53 para receber operadores de todo o Estado. Com relação às notas fiscais explicou que
54 se aquele que emite nota fiscal foi quem de fato coletou, triou e emitiu a nota fiscal de
55 venda para o reciclador, é passível de receber remuneração pelo certificado de
56 reciclagem. Disse ainda que o maior controle e preocupação é se essas notas fiscais
57 já são contabilizadas em outros programas de logística reversa em favor de outra
58 empresa. **A representante do MNCR, a Sra. Suelen Ramos**, exemplificou que no
59 projeto “Dê a mão para o futuro” trata-se de um contrato fidelidade, e não se pode
60 passar a nota fiscal de nenhum tipo de material para outro projeto. Cogitou que se



61 coloque uma cláusula sobre receber o material, mas não emitir a nota fiscal, somente
62 um certificado de destinação para se ter justificativa da destinação correta tanto para
63 SEMULSP quanto para FIEAM. **A representante da FIEAM, Renée Veiga**, sugeriu
64 que nesse caso específico o interessante é analisar o documento que os catadores
65 assinaram, porque a partir do momento que o TCRL estiver funcionando com o
66 sistema da EURECICLO, a quantidade de material vai aumentar e com certeza
67 superar a demanda que eles têm. Explicou que até o momento não se tem recebido
68 nenhum tipo de certificado de destinação do material que foi colocado nesses PEVS.
69 Então teoricamente não está contando como percentual de cumprimento de meta.
70 Porém não vê necessidade de uma cláusula específica no TCRL. Disse que a intenção
71 desde o primeiro momento é incluir os catadores e fazer com que tenha mercado de
72 recompra e reinserção na cadeia produtiva desse material. Firmou que será dada toda
73 assistência, inclusive jurídica no que for necessário. **A representante do MNCR, a**
74 **Sra. Suelen Ramos**, deu-se por contente com as explicações. **A representante da**
75 **FIEAM, Renée Veiga**, sugeriu agendar uma reunião com os grupos de catadores no
76 intuito de melhorar a capacitação dos mesmos, inclusive em relação a parte de
77 empreendedorismo. **A Sra. Mara Ballan (ABEE)**, falou sobre a atual modelagem das
78 entidades gestoras que em sua ampla maioria são com fins lucrativos tendo finalidade
79 comercial, e a preocupação em ser sem fins lucrativos é justamente não ter uma
80 finalidade comercial, e sim um objetivo final de cumprimento das metas e
81 operacionalização coletiva de seus associados. Questionou ainda se de fato a
82 EURECICLO já é uma entidade gestora e vão ser sem fins lucrativos? Outro ponto
83 questionado foi quanto as metas citadas no TCLR, o que está vigente hoje é o acordo
84 setorial de embalagens que é 22% do volume colocado no mercado anualmente. A
85 meta estabelecida são os 22% e obviamente o Estado irá seguir esse percentual,
86 relativo a receita para o atingimento de 22% ou são 22% dentro do Estado? Que são
87 números diferentes. Se estão posicionando 22% dentro do Estado, está se
88 extrapolando a meta Federal do volume colocado no mercado brasileiro. **A Sra.**
89 **Jessica Doumit (EURECICLO)** explicou que a EURECICLO realmente é uma
90 certificadora, a parte operacional do sistema de logística reversa. A entidade gestora



91 é sem fins lucrativos, a EURECICLO é uma parte contratada da entidade gestora,
92 essa entidade gestora está sendo estabelecida no âmbito da FIESP, mas ela vai ser
93 nacional, por isso se conta com um pequeno prazo para estruturação e quem vai fazer
94 parte são as associações parceiras e signatárias. Já existe um termo de compromisso
95 em São Paulo, Mato Grosso do Sul, e hoje há pretensão no Estado do Amazonas, a
96 entidade gestora é que vai se responsabilizar por tudo isso. Sobre as metas instruiu
97 que são 22% nacional, essas metas são de acordo com o que cada empresa
98 comercializa em cada Estado. Se ela comercializa no Estado do Amazonas ela tem
99 que cumprir 22% no Amazonas. Se ela comercializa no Estado do Pernambuco, 22%
100 no Estado de Pernambuco. Isso não extrapola os 22% nacional. A EURECICLO
101 entende por toda a fiscalização que é preciso trabalhar em cada Estado
102 regionalmente, por se tratar de um país muito grande em extensão territorial. Por
103 exemplo recompensar a cooperativa do Estado de São Paulo, o que é comercializado
104 no Amazonas, por isso trabalha-se com 22% dos coletados, triado no próprio Estado.
105 A **Sra. Mara Ballan (ABEE)**, perguntou se a entidade gestora é a FIESP? A **Sra.**
106 **Jessica Doumit (EURECICLO)** esclareceu que a FIESP está apenas organizando
107 essa entidade gestora, junto com todas as entidades já parceiras no âmbito nacional,
108 na qual contém empresas que comercializam nacionalmente e tem interesse na
109 logística reversa, bem como nessa implementação. A **Sra. Mara Ballan (ABEE)**, disse
110 não concordar com os 22% pois todas as entidades gestoras trabalham no sentido de
111 um atendimento federal apesar da dificuldade de mensurar o volume colocado em
112 mercado. Continuou que os setores fazem uma proporcionalidade, baseado em PIB e
113 na distribuição de renda para o atingimento de uma meta em nível Federal. O
114 **representante da UEA, Sr. Ronaldo Mannarino**, falou sobre a produtividade na
115 composição das câmaras técnicas. Citou que na primeira reunião da câmara técnica
116 havia uma pauta importante para discutir sobre a recomendação do Ministério Público
117 ao IPAAM, mas que não foi produtiva. Disse ainda que antes dessa terceira reunião
118 do CERS todos receberam a minuta do TCLR com uma infinidade informações. E o
119 CERS está tratando de uma atividade que vai envolver certificação, que pressupõe
120 entidades acreditadoras. Explicou que não se pode ter entidades com fins comerciais



121 fazendo certificação. E existem vários assuntos a serem discutidos dentro dessa
122 proposta, com grau de complexidade, e sendo apresentada nesta reunião logicamente
123 gera uma série de dúvidas. Disse não entender essa premência de tempo. Passou-se
124 anos resolvendo nada de resíduos sólidos e agora tem que resolver tudo correndo.
125 Se disponibilizou a reunir com a câmara técnica duas ou três vezes para discutir esse
126 assunto. Pois trata-se de um assunto importantíssimo que envolve inclusive
127 interesses. Afirmou ainda que é preciso planejar adequadamente e ouvir a todos os
128 segmentos envolvidos. **O Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, se
129 posicionou dizendo serem válidas as colocações, mas que a condução baseada no
130 tempo não é para que se seja célere em aprovar as demandas de qualquer forma,
131 mas apenas para que se tenha uma objetividade maior, para que não se fique itens
132 da pauta pendentes como ocorreu na última reunião. Mas que havendo pautas que
133 necessitem de maior aprofundamento voltasse a discutir sem problemas. A **Secretária**
134 **Executiva Adjunta da SEMA, Sra. Christina Fischer**, concordou com a fala do
135 **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira** e ressaltou que é necessário um
136 processo de transparência nas discussões, enfatizou que a temática é extremamente
137 estratégica para SEMA. Inclusive falou da importância de operacionalizar, criando um
138 cronograma de atividades como foi sugerido pelo Sr. Mannarino. **O representante da**
139 **SEMULSP, Sr. Paulo Farias** solicitou registro integral de sua fala na ATA, para
140 esclarecer alguns pontos. “Primeiro a SEMUSP não participa deste mercado de notas
141 fiscais. Segundo, a EURECICLO é só mais uma de muitas entidades que estão
142 propondo mecanismos de diferentes naturezas, para atestar aos fabricantes
143 cumprimento de metas de logística reversa. A SEMULSP não está acumulando notas
144 fiscais. O que acontece é que todo certificado de destinação, é um documento que
145 obrigatoriamente precisa de guia e contra guia, ou seja, quem envia emite um
146 documento, e quem recebe emite um contra documento. São os dois que fecham a
147 operação. Nós das operações dos PEVS realizados até agora, recebemos um
148 certificado de destinação do primeiro grupo que recebeu o material dos PEVS. Esse
149 certificado possui incongruências numéricas. Por isso a SEMUSP pede sim, para ver
150 as notas, não porque quer ficar com as notas para comercializar, mas ver cópias



151 dessas notas, para que esse certificado esteja sem lastreado por guia e contra guia.
152 Disse ainda que a SEMUSP não é empecilho para que grupo nenhum comercialize as
153 suas notas fiscais com qualquer entidade. A SEMULSP não vai entrar nesse mercado,
154 mas enxerga com bons olhos o surgimento de muitas entidades fazendo esse tipo de
155 trabalho, porque isso dará aos catadores termo de comparação e concorrência de
156 valor das suas notas. Também deixou registrado como em outras reuniões que o item
157 3.2 do TCLR, remete os rejeitos para as entidades operadoras, lembrou que o último
158 relatório dos materiais de qualidade dos PEVS que recebeu na semana desta reunião,
159 49% das embalagens alto identificadas como reciclável, não encontraram mercado
160 para os catadores em Manaus. Quando o item 3.2 fala que rejeito é por conta do
161 operador aderente, apesar da SEMULSP não entrar na discussão por não ser seu
162 assunto, gostaria que fique consignado que a SEMULSP vai atrás dos fabricantes
163 desses produtos e dessas embalagens que estão colocando no mercado - estelionato
164 ambiental - dizendo que a sua embalagem é reciclável, quando na prática ela não é.
165 Mencionou que alguém no fim terá que pagar a conta desses 49% de embalagens
166 que viraram rejeito, e que no termo de compromisso diz que rejeito não é mais
167 responsabilidade do fabricante mas sim do operador. Enunciou o desejo de que o
168 termo seja assinado e que muitas outras instituições apresentem suas propostas e
169 que haja concorrência entre essas instituições e que essas notas tenham cada vez
170 um valor maior para os catadores”. A **representante da FIEAM, Renée Veiga**
171 comentou a respeito da fala do Sr. Paulo Farias, citou o artigo 27, inciso 7º da Política
172 Estadual de Meio Ambiente, que é cópia da Política Nacional, com base no texto disse
173 entender que o TCLR está completamente dentro do escopo da legislação. E que foi
174 verificado tanto por ela, como pela Sra. Jessica Doumit e pelo Dr. José Roque Nunes
175 Marques, e ainda que a SEMA e IPAAM fizeram a mesma análise. Esclareceu também
176 que de acordo com o que consta na Lei, os rejeitos que realmente não podem ser
177 reciclados é responsabilidade da SEMULSP. Porém a sua intenção é que dentro do
178 possível seja feito o máximo esforço para que minimamente seja classificado como
179 rejeito, a ideia é que seja aproveitado. Sobre a questão dos 22% que são nacionais,
180 vê como uma meta justa a ser adotada para o Estado, entendendo a responsabilidade



181 socioambiental. E em relação ao termo ter sido trazido apenas na 3ª reunião do
182 Comitê, pontificou que ele já vem sendo discutido há alguns meses dentro do Estado,
183 com a participação de todos os atores envolvidos efetivamente. Vinha-se de anos
184 buscando alternativas, e nenhuma pareceu tão consistente quanto da "EURECICLO".
185 A **Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Christina Fischer**, agradeceu pelos
186 esclarecimentos. A **representante do MNCR, a Sra. Suelen Ramos**, perguntou a
187 **Sra. Jéssica Doumit (EURECICLO)** quais os valores a serem pagos aos produtos
188 comercializados. A **Sra. Jéssica Doumit (EURECICLO)** respondeu que não há
189 valores pré-fixados e que o valor varia de acordo com oferta e demanda. Exemplificou
190 que no Estado de São Paulo eles giram em torno de R\$ 100 a R\$ 150 por tonelada e
191 varia conforme material. A **Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Sra. Christina**
192 **Fischer**, falou que a ideia de trazer o termo de compromisso para discussão é para
193 que o comitê tenha conhecimento do que se está sendo feito em relação ao assunto
194 para que se possa prosseguir com a assinatura. O **Presidente do CERS, Eduardo**
195 **Costa Taveira**, comentou que está se construindo tentativas de soluções para um
196 problema muito complexo e que poucos Estados avançaram nessa agenda, disse que
197 assim como o Sr. Paulo Farias mencionou, essa proposta parte do alinhamento do
198 setor produtivo, em especial das indústrias, das organizações da sociedade civil de
199 construir esse mecanismo, diferente da política pública atual que em geral é
200 construída em gabinetes sem ouvir as partes efetivamente interessadas. Mas crê que
201 pelo que foi apresentado do TCLR estabelecido, está se construindo a solução. Falou
202 que a partir da sua perspectiva como gestor da SEMA, quer ao máximo somar
203 iniciativas que venham dos atores que estão impactados ou impactando nas questões
204 de resíduos. O **representante da UEA, Sr. Ronaldo Mannarino** mencionou uma
205 ressalva feita na reunião da câmara técnica de logística reversa, em que foi sugerido
206 que as entidades que farão esse serviço de gestão como está proposto no termo,
207 atendam à critérios estabelecidos para credenciamento junto ao IPAAM. Sobre a
208 importância de outras instituições que queiram fazer esse tipo de trabalho de
209 agenciamento como mencionado pelo Sr. Paulo Farias e pelo Presidente do CERS
210 Sr. Eduardo Costa Taveira, perguntou se realmente está aberto para outras empresas



211 e organizações que queiram aderir, e como se está conduzindo para que outras
212 organizações sejam incentivadas a fazer propostas ou esse caminho vai ter que
213 passar sempre pelo CERS, caminho que não precisa ser tão longo, basta que o
214 IPAAM estabeleça. Mencionou que a ATA da reunião da câmara técnica de logística
215 reversa precisa ser corrigida e pediu que se faça isso dentro do âmbito da câmara
216 técnica. O **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, agradeceu pelos
217 comentários, e argumentou que é preciso consolidar o mercado da reciclagem no
218 Estado, a proposta apresentada pela EURECICLO, apesar de ter número,
219 viabilidades, possibilidades, foi a única que se apresentou, fazendo-se integrado com
220 as recomendações do Ministério Público. Disse aspirar que todas as outras empresas
221 façam o mesmo caminho, porque a construção coletiva, discutida nessas propostas
222 fortalece os modelos. Portanto, esse modelo sendo exitoso, espera que outras
223 empresas se interessem, copiem e repliquem o modelo, ou seja, dando trabalho para
224 a concorrência (EURECICLO), porque é na concorrência que se vai garantir o melhor
225 preço, em especial para os catadores. Concluiu que não vê problemas em outras
226 instituições apresentarem ao CERS propostas, em se conectarem com as propostas
227 vigentes, ao contrário, tem uma percepção bastante positiva e acredita não ser
228 necessário uma sobreposição de burocracias, porém considera saudável o caminho
229 que foi tomado com modelo discutido. A **representante da ABEE, Sra. Mara Ballan**
230 disse que em consonância com a fala do Presidente do CERS, Eduardo Costa
231 Taveira, concorda que é necessário e saudável a competitividade, neste sentido a
232 ABEE está estudando o cenário de embalagens, identificando outras entidades que
233 fazem uma operação diferente do modelo da "EURECICLO", caso o comitê tenha
234 interesse se dispõe em contatar os advogados ou representantes dessas duas
235 entidades, para fazer apresentações e demonstrar os planos, se houver interesse do
236 Estado do Amazonas de avaliar outras oportunidades para embalagens que possam
237 colaborar nessa construção. Sobre a fala da Sra. Jéssica Doumit (EURECICLO), disse
238 é um compromisso bastante forte imputar meta de esfera federal para uma esfera
239 estadual. Explicou que existem mecanismos que se pode adotar para fazer a
240 distribuição da meta, para que os Estados não sobreponham a meta federal, mas sim,



241 uma distribuição igualitária na contribuição para o atingimento dessa meta. O
242 **representante da UEA, Sr. Ronaldo Mannarino**, afirmou ser interessante
243 demonstrar interesse à sugestão da Sra. Mara Ballan, inclusive para que a câmara
244 técnica possa trabalhar esse assunto com mais propostas, para que haja uma
245 variação conjunta para essas outras entidades que ela citou. A **Secretária Executiva**
246 **Adjunta da SEMA, Christina Fischer**, complementou que pretende articular com a
247 Sra. Mara Ballan para fazer essa tratativa, para que tenham outras alternativas como
248 colocado nas falas anteriores. Seguindo para o próximo ponto de pauta passou a
249 palavra para a Sra. Suelen Cardoso para apresentação do Projeto de Apoio a
250 Estruturação das Associações de Catadores do Amazonas que explicou já existir uma
251 estruturação pronta, protocolado no IPAAM em 2019, mas que devido a pandemia
252 está parado. Ressalta, ainda, que faz acompanhamento voluntário e já realizou visita
253 nos municípios de Careiro Castanho, Iranduba, Novo Airão e Nova Olinda. Informou
254 ainda que vem desenvolvendo trabalhos nestes municípios, onde os materiais estão
255 sendo trazidos e comercializados em Manaus. Sobre o projeto elencou os
256 equipamentos necessários para as atividades são: prensa, enfardadeira, triturador de
257 vidro para futuramente ser incluído o vidro na cadeia produtiva, se colocando à
258 disposição para contribuições. A **Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Christina**
259 **Fischer**, cedeu espaço para debate caso alguém quisesse fazer alguma consideração
260 em relação apresentação. O **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**,
261 questionou se há um projeto formalizado além da apresentação feita, para que seja
262 enviado à SEMA, no sentido de realizar análise técnica, para que se veja possíveis
263 fontes de recursos ou projetos. No intuito de se dar um encaminhamento melhor, não
264 só por parte do MNCR, mas também uma resposta efetiva do Estado. A
265 **representante do MNCR, Suelen Ramos**, respondeu que já existe um projeto, se
266 propondo a disponibilizar aos membros do CERS. O **representante da UEA, Sr.**
267 **Ronaldo Mannarino**, parabenizou pela apresentação e pela organização
268 representada, concordando ser importante ter acesso ao Projeto. Sugeriu que o
269 Comitê veja maneiras de estender o projeto a outros municípios, considerando a
270 complexa logística. Informou, ainda, que está trabalhando essas ideias na UEA. A



271 **representante do MNCR, Suelen Ramos**, disse que existe outro projeto que atende
272 Itacoatiara, Jutaí, Maués com divisão logística e estruturação, alcançado através do
273 MPT enquanto o outro projeto é para iniciar a cadeia produtiva desses grupos. **A**
274 **representante da FIEAM, Renée Veiga**, parabenizou o trabalho ativo que a Sra.
275 Suelen Cardoso está fazendo em prol da categoria que representa. Destacou a
276 importância de todos no processo de interiorizar a logística reversa considerando
277 todas as disparidades naturais, mas tratado no mesmo nível de importância que a
278 capital. **A Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Christina Fischer**, avançou para
279 o último ponto de pauta, passando a palavra ao Sr. Edson Gomes que apresentou o
280 Parecer Técnico n.º33/2020 - GRM/IPAAM, sobre resíduos sólidos na tríplice fronteira
281 (Brasil/Colômbia/Peru). **O representante do IPAAM, Edson Gomes**, comentou que
282 em março do ano vigente esteve na tríplice fronteira, e que Benjamin Constant, sofre
283 com problema de resíduos sólidos na frente da cidade. Verificou-se que existe um
284 problema com uma cidade do Peru com característica de cidade em palafita, chamada
285 Islândia, à distância de mais ou menos 1,5 km do porto de Benjamin Constant entre o
286 Rio Javari e o Javarizinho. No período de cheia toda região fica submersa, e a água
287 chega até no depósito de resíduos sólidos, localizado por trás da cidade de Islândia.
288 Já houveram tentativas de resolução do caso entre a Câmara Municipal de Benjamim
289 Constant e o Prefeito de Islândia, não resolvidos por fatores legais. Explicou que o
290 motivo da visita do IPAAM, se deu por conta de não haver presença do IBAMA na
291 área de Tabatinga. Islândia tem uma estrutura pequena, com uma boa infraestrutura
292 para recolher os resíduos sólidos gerados. Isso gera aproximadamente uma
293 tonelada/dia, mais ou menos 35 toneladas/mês que vai para o local de disposição de
294 resíduos. Isso cria um problema sério porque a cada enchente, tudo isso vai parar em
295 Benjamim Constant. Porém verificou-se que a infraestrutura deles apesar de pequena
296 é eficiente. Embora a área de recebimento ser grande, usaram uma técnica rudimentar
297 para fazer uma bacia para contenção que não resolveu o problema. Então a Prefeitura
298 de Islândia tentou resolver a questão, levando o resíduo para Benjamim, que por não
299 possuir infraestrutura, não houve solução, pois utilizam uma área a 9 Km da sede que
300 fica na BR-307. O que poderíamos fazer através do comitê é discutir esse tema,



301 porque eles também gostariam de trabalhar a questão dos recicláveis e acredito que
302 existe uma possibilidade de se trabalhar recicláveis naquela área. Mas como existe a
303 parte legal, precisamos discutir juntamente com o NIFFAM (Núcleo para
304 Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteiras do Estado do Amazonas) no
305 sentido de solucionar questão. **A Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Christina**
306 **Fischer**, agradeceu pela colaboração, informando que o CERS recebe a demanda
307 proposta do IPAAM para colaboração quanto a estruturação legal, por se tratar de
308 questão de espaço geográfico de fronteira. É fundamental a contribuição da SEDECTI,
309 por meio do NIFFAM. Ressalta que do ponto de vista operacional, é preciso marcar
310 reunião com a câmara técnica. Em seguida cedeu espaço para contribuições. O **Sr.**
311 **Jefferson Quadros (UEA)**, afirmou estar em Tabatinga e conhecer muito bem a
312 região de fronteira, sobretudo, os problemas existentes entre Benjamim Constant e
313 Islândia. Esse problema relativo às contaminações dos Igarapés transfronteiriços é
314 um problema crônico, inclusive no Brasil que está à jusante, recebendo as águas que
315 vem tanto da Colômbia quanto do Peru. E se falando muito em resíduos sólidos
316 entende-se relevante destacar que tudo passa pela água, inclusive os resíduos. Um
317 corpo hídrico de fronteira, necessariamente passa pelo domínio da União, portanto,
318 julga fundamental levar ao conhecimento do Itamaraty, dos Ministérios das Relações
319 Exteriores. Relatou, ainda, que em 2016 levaram uma Moção ao Ministério das
320 Relações Exteriores, sobre um igarapé de fronteira entre Brasil/Colômbia, chamado
321 quebrada Santo Antônio, havendo deliberação a respeito. A Agência Nacional de
322 Águas, o Ministério Público Federal entrevistou e adotaram algumas medidas, muito
323 embora ainda não efetivas no plano da praticidade. Sugeriu também que o tema seja
324 levado ao conhecimento da Comissão de Vizinhança para que seja deliberada na
325 próxima reunião que eles tiverem, porque efetivamente se trata de um problema de
326 contaminação de recursos hídricos transfronteiriços, cujo domínio é da União por força
327 da Constituição Federal. **A Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Christina**
328 **Fischer**, confirmou a possibilidade de fazer essa articulação com a Comissão
329 mencionada, e citou a intenção de levar para discussão no Conselho Estadual de
330 Recursos Hídricos, no sentido de realizar manifestação conjuntada com o CERS. O



331 **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, falou que irá enviar ofício por meio
332 do Comitê, aos órgãos competentes para que se façam presentes e apresentem uma
333 solução conjunta para essa situação. E após passado o momento de pandemia,
334 apresentem junto ao MMA, Prefeitura de Tabatinga e Prefeitura de Islândia a proposta
335 de fazer um acordo em comum para gestão de resíduos sólidos. O Comitê assume
336 essa função, obviamente, de assinar em nome dos seus membros as recomendações,
337 bem como, realizar reunião presencial em Tabatinga, envolvendo a UEA, os órgãos
338 de pesquisa de Peru e Letícia, trabalhando de maneira integrada na gestão dos
339 resíduos sólidos. A **Secretária Executiva Adjunta da SEMA, Christina Fischer**,
340 falou que quanto a demanda trazida pelo IPAAM será realizada as articulações do
341 CERS junto aos órgãos competentes e agradeceu a colaboração e o tempo disposto
342 de cada membro do comitê, ao engajamento que representantes que tem tido no
343 avanço da agenda. Na ocasião passou a palavra ao Presidente do CERS, Sr. Eduardo
344 Costa Taveira, para os encaminhamentos finais e finalização da reunião. O
345 **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, agradeceu a presença e participação
346 de todos, disse acreditar que o comitê está aprimorando sua posição reforçou ainda,
347 o papel que a instituição tem na promoção da política pública referente a demanda.
348 Explicou que gestão de resíduos sólidos em áreas de fronteiras demanda participação
349 e pressão da sociedade civil, universidades, para mobilizar e encontrar soluções. Mas
350 do ponto de vista da SEMA é encontrar caminhos para que a política pública seja
351 operacional, entendendo que os membros da secretaria passarão e as políticas
352 públicas permanecerão. Então, um controle social é fundamental para que haja essa
353 durabilidade, perenidade dessas políticas e nesse fato, os comitês e os conselhos
354 guardam essa memória e pautam as prioridades dessas políticas públicas por isso
355 são tão importantes na gestão. Encerrou a reunião agradecendo a participação e
356 colaboração de todos os presentes. Eu, Glauce Maria Tavares Monteiro_____,
357 Assessora da SEMA, lavrei a presente ATA que incorpora a lista de presença de todos
358 os participantes presentes.

359
360

Secretaria Executiva do CERS.





361 **Assinatura dos Conselheiros:**

362 Eduardo Costa Taveira (Presidente do CERS)_____

363 Edson Pinheiro Gomes (IPAAM)_____

364 Paulo Ricardo Rocha Farias (SEMULSP)_____

365 Josemar Gurgel (UFAM)_____

366 Ronaldo Pimentel Mannarino (UEA)_____

367 Camila Martins Pires (CAAMA/ALEAM)_____

368 Renée Fagundes Veiga (FIEAM)_____

369 Suelen Cardoso Ramos (MNCR)_____

370 Samir Salles (CREA)_____

371 Cyntia Costa de Lima (OAB)_____

372 Radyr Gomes de Oliveira Júnior (AAM)_____

373 Robério Linhares Arruda (SINDUSCON)_____

374 Rubens Bentes da Silva (AENAMBAM)_____

